

URBANIZAÇÃO EXTENSIVA, ECONOMIA POPULAR E DINÂMICA ECONÔMICA TERRITORIAL NA REGIÃO DE ILHAS DO ENTORNO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Luz Marina Lopes de Almeida¹
Danilo Araújo Fernandes²
Danuzia Lima Rodrigues³

Resumo

O artigo em questão parte do debate sobre a natureza do urbano na Amazônia e das transformações recentes no processo de urbanização extensiva que derivam do crescimento da Região Metropolitana de Belém nas últimas décadas. Como resultado de tal movimento, o artigo apresenta a consolidação de uma base de economia popular enraizada nas feiras e bairros periféricos do centro da cidade, ambos fortemente relacionados com o movimento de expansão da economia extrativista produzida na região das ilhas do entorno da cidade de Belém. Configurando um perfil de economia popular e sociedades urbano extensivas de natureza bastante peculiar na Amazônia.

Palavras-chave: Urbanização extensiva, Região Metropolitana de Belém, mercado extrativo.

Área Temática: Políticas e Planejamento Regional e Urbano

¹ Doutoranda em Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR-UFMG.

² Professor e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE) e do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA.

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da UFPA e docente da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA.

1 - INTRODUÇÃO

A Região Metropolitana de Belém apresenta características territoriais bastante específicas, e que têm raízes históricas na sua longa trajetória e formação como cidade primaz, e núcleo urbano principal de uma vasta rede dendrítica de longo alcance territorial na região da Amazônia Oriental Brasileira.

Fundada originalmente em 1616, como Forte Militar com localização geográfica privilegiada, na foz do rio Amazonas, a cidade de Belém se transforma ao passar dos séculos em importante base de apoio para incursões de navegadores estrangeiros que à utilizavam como entreposto e base de suprimentos para lucrativas expedições em busca de drogas do sertão pelos rios do interior da Amazônia.

Durante o século XVIII, no período pombalino, Belém se transforma na capital do Estado do Grão-Pará e Maranhão, o que irá ampliar de maneira significativa o domínio político e territorial da cidade sobre as regiões ribeirinhas no imenso *hinterland* que se forma a partir da foz do rio Amazonas. Momento em que a política pombalina irá organizar uma ampla rede de pequenos centros urbanos entremeados por milhares de famílias ribeirinhas nucleadas em extensas margens de rios, frutos de um amplo e bem-sucedido programa de miscigenação e expansão demográfica e controle político do estado português sobre o território amazônico.

Meio século após o final do período pombalino, uma guerra civil de proporções gigantescas (a Cabanagem) – que dizimou cerca de um terço da população da Amazônia – viria a afetar de maneira significativa a vida das populações ribeirinhas da região. Belém, neste momento, se torna palco de imensos conflitos e *locus* principal novamente da disputa pelo controle territorial da região. Décadas depois do fim do armistício, já em meados do século XIX, a região como um todo começa a experimentar um novo momento. Neste contexto, a cidade de Belém volta a ter um crescimento populacional e urbano bastante expressivo, impulsionado pelo forte crescimento das exportações de borracha.

Entre os principais fornecedores de borracha na primeira fase do ciclo de crescimento das exportações, que vai de 1850 a 1880, estão as populações ribeirinhas de diversas regiões das ilhas próximas à Belém (COSTA, 2019; WEINSTEIN, 1983). Seguindo o leito do Rio Amazonas, passando pela cidade de Santarém, e indo ao encontro do Rio Negro, às margens da pujante e vistosa cidade de Manaus, a rota da economia da borracha segue, nas décadas seguintes, por caminhos que vão pelos rios Juruá e Purus até o interior do Acre, na fronteira com a Bolívia, impulsionando um conflito que levaria à incorporação definitiva do Estado do Acre ao domínio territorial do império brasileiro.

Com a crise dos mercados externos da borracha no início do século XX, no entanto, inicia-se na Amazônia uma nova fase de seu processo de organização territorial. No caso específico da região, sob influência mais direta de Belém, inicia-se, neste período, um forte processo de emigração de populações (principalmente de nordestinos) antes destinados para os seringais e regiões mais longínquas no interior do Acre; que agora retornam, em grande medida, e se direcionam em boa parte para a proximidade dos grandes centros urbanos da região. Nesse momento, parte significativa dessa população migra para a região sob a influência da estrada de ferro Belém-Bragança (no nordeste do estado do Pará), nas proximidades de Belém, região que tem nesse período um crescimento demográfico bastante significativo ao longo do eixo da estrada de ferro.

Do ponto de vista do mercado externo, por outro lado, ao mesmo tempo em que a crise da borracha se aprofunda na primeira metade do século XX, novos produtos, como a castanha, têm seu momento de auge a partir dos anos de 1930, com o crescimento da sua produção na Região de Marabá, no médio rio Tocantins (afluente do rio Amazonas ao sul de Belém). Com o crescimento da economia da Castanha, Belém expande mais uma vez seu poder de comando sob o território⁴, só que agora de

⁴ Isso se deve muito à localização geográfica estratégica do porto de Belém, que passa a ser o principal porto de exportação de diversos produtos da Amazônia, ao mesmo tempo em que transforma a cidade de Marabá, ao sul do Pará, em capital nacional da Castanha.

maneira mais intensa no sentido sul, beirando as margens do rio Tocantins na confluência do rio Araguaia, antiga região produtora de Caucho na fronteira com os estados de Tocantins e Mato Grosso.

Sendo assim, a medida em que a economia da exportação da borracha busca se recuperar da enorme crise, Belém se reorganiza em algumas décadas, mantendo-se como principal centro urbano, com influência sobre toda a Amazônia Oriental brasileira. Neste instante, a centralidade antes organizada no sentido da foz do rio Amazonas e suas populações ribeirinhas localizadas entre a foz e a região das ilhas do Marajó, ao norte; agora começa a se direcionar também para o interior do continente (nordeste do estado do Pará), assim como para o sul, seguindo o leito do rio Tocantins até a região do Araguaia.

Ao longo da primeira metade do século XX, portanto, uma transformação estrutural e territorial se inicia lentamente, com o espraiamento da economia e da população da antiga região do Grão-Pará, no sentido de uma maior complexificação da rede urbana regional e na expansão da economia do baixo e médio rio Tocantins, com destaque para o processo de expansão dos municípios localizados nas regiões agrícolas ao longo do caminho da ferrovia Belém-Bragança, e do crescimento da região de Marabá, ambas no Estado do Pará. Forma-se assim, uma nova rede urbana que integra populações ribeirinhas, áreas industriais próximas ao centro da cidade de Belém, comércio, camponeses e agricultores de beira de estrada de várias regiões, articulando tentáculos cada vez mais importantes e de alcance territorial bastante expressivo.

Na sequência, ao longo das décadas de 1950 e 1960, uma nova dinâmica se impõe de maneira bastante profunda, atravessando esse longo processo de formação territorial. O marco principal deste novo momento é a construção da rodovia Belém-Brasília, que irá transformar de maneira definitiva os rumos do padrão de centralidade da cidade de Belém em relação à região mais ao sul do continente. Transformação que se explica tendo em vista o longo e profundo processo de integração rodoviária que a região passa a ter em relação às regiões mais ao centro-sul do Brasil. O que, ainda hoje, deixa suas marcas sobre o seu mais novo processo de urbanização e expansão territorial típico de um processo de urbanização de fronteira, impulsionados pelas estradas e rodovias federais e estaduais, construídas ao longo da segunda metade do século XX.

Na sequência, um forte processo de migração, criação e estímulo à implantação de grandes projetos e forte intervenção estatal no estímulo ao crescimento da atividade madeireira e agropecuária, vão transformar para sempre a estrutura de rede dendrítica e os ares de cidades fluviais e ribeirinhas que se tinha como perfil hegemônico em toda a região Amazônica até então. A partir deste momento, cidades de beira de estrada, economia agrícola, mineração, garimpo, grandes fazendas, atividades madeireiras, entre diversos outros empreendimentos importantes, irão atrair um fluxo migratório de grandes proporções, transformando de maneira definitiva a dinâmica e o perfil urbano e territorial da Amazônia Oriental brasileira. Conflitos de terra, desmatamento e precarização de populações tradicionais ribeirinhas, são algumas das consequências negativas desse imenso processo recente de transformação territorial da região.

Não é de surpreender, no entanto, que ao longo dessa complexa trajetória histórica de crescimento e urbanização, a cidade de Belém tenha se mantido com suas características ribeirinhas, apesar de se constituir, ainda hoje, no principal centro urbano regional da Amazônia Oriental brasileira. Neste sentido, apesar das importantes transformações derivadas de sua nova relação com a economia da beira da estrada, a região das ilhas próximas à Região Metropolitana de Belém se manteve presente em parte significativa da vida urbana da cidade, a qual se manteve preservando suas conexões com a população ribeirinha do seu entorno.

Entender de maneira específica esse processo de transformação e permanência, ao mesmo tempo, assim como observar as consequências e características que derivam dessa trajetória histórica enquanto rugosidades que permanecem influenciando o perfil socioeconômico da Região Metropolitana de Belém (TRINDADE JR., 1998), é o objetivo principal deste trabalho. Pretendemos com isso avaliar e explicitar a ampla rede de interconexões e características sociais, demográficas e ambientais, que transformaram ao longo dos séculos a Região Metropolitana de Belém (RMB) em um amplo mercado de produtos extrativos da floresta, ao mesmo tempo em que fazia a região se transformar em um dos principais polos propulsores do processo de urbanização extensiva que atingiu

de maneira bastante significativa o banda da Amazônia Oriental brasileira na segunda metade do século XX. Atingindo nas últimas décadas as regiões ribeirinhas no entorno da Região Metropolitana de Belém de maneira ainda mais intensa.

Para isso, iniciaremos avaliando o significado teórico do conceito de urbanização extensiva e seus efeitos sobre a Região Metropolitana de Belém nas últimas décadas. Em seguida, avaliaremos os impactos desse processo de urbanização extensiva sobre a região das ilhas nas proximidades de Belém, através de uma análise sobre o crescimento do seu fluxo de comercialização em relação ao consumo de produtos típicos das áreas ribeirinhas de várzea da região: o açaí. Por fim, trataremos algumas considerações finais sobre as perspectivas do processo de urbanização na região e sua relação com a consolidação de uma economia ribeirinha de base popular na Região Metropolitana de Belém, seus limites, possibilidades e perspectivas em termos de estímulo ao processo de desenvolvimento regional.

2 - URBANIZAÇÃO EXTENSIVA E DINÂMICA ECONÔMICA TERRITORIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Em vários trabalhos realizados recentemente em relação ao processo histórico de urbanização da Amazônia, diversas categorias teóricas e ferramentas empíricas de disciplinas diferentes são utilizadas com o intuito de expressar esse movimento de evolução territorial de longa duração, que tem na leitura do fenômeno urbano e suas especificidades na Amazônia, parte significativa da explicação para a natureza peculiar da formação territorial da região quando comparada com outras regiões do país.

Na Amazônia, diversos padrões e processos de urbanização já estiveram presentes, e de maneira as mais variadas ao longo da história (BECKER, 2013). Mais recentemente, arqueólogos descobriram a existência de diversos núcleos urbanos a cerca de 12 mil anos, com alguns contendo algo e torno de 50 mil habitantes, e um total de 8 milhões de populações indígenas morando na Amazônia antes da chegada dos europeus à região. O que indica que o fenômeno urbano na Amazônia tem uma longa história, e que a floresta amazônica está longe de poder ser considerada como uma área intocada e, por definição, originalmente “desurbanizada” antes da chegada dos europeus à região.

Antes dessa descoberta recente da arqueologia, diversas abordagens teóricas no campo da geografia, da história e do desenvolvimento urbano, buscavam uma explicação para a especificidade do fenômeno urbano na Amazônia em comparação ao restante do país. Para isso, faziam uso de diversos conceitos e categorias teóricas no sentido de tentar descrever as formas urbanas contemporâneas, suas especificidades históricas e seus avanços recentes na região. Neste sentido, categorias como redes dendríticas (CORRÊA, 2006), circuitos espaciais produtivos (SANTOS, 1988) e outros, foram utilizados nas últimas décadas com o intuito de desvendar os processos de adaptações recentes pelo qual têm passado a formação territorial e urbana de diversas regiões e sub-regiões da Amazônia. Em comum, a percepção de que o fenômeno urbano tem sido impulsionado de maneira bastante expressiva nas últimas décadas principalmente na porção oriental da Amazônia brasileira.

Para além do já conhecido movimento de crescimento urbano nas proximidades das grandes estradas e empreendimentos industriais e hidrelétrico que avançam pela região a partir, principalmente, da década de 1960, podemos dizer que o fenômeno urbano avança também, de maneira diferente, em relação a regiões relativamente isoladas e imunes, em parte, aos efeitos da pujança econômica da economia de beira da estrada e da proximidade em relação à grandes empreendimentos industriais e hidrelétrico na região. Claro que, neste caso, o processo de urbanização assume outras características, e se intensifica de maneira bastante peculiar; a depender do grau de proximidade em relação aos grandes centros urbanos, em geral irradiadores de valores, costumes e tecnologias modernas.

Entre regiões de ilhas e sob controle de comunidades tradicionais, áreas extrativistas e reservas indígenas e quilombolas, o processo de urbanização na Amazônia, neste sentido, representa um fenômeno de natureza diversa e multifacetada. Em regiões de colonização mais antiga, e/ou com a presença de comunidades tradicionais em locais mais distantes do efeito da expansão da economia de

mercado, o processo de urbanização tem sido movido a partir do contato mais distante em relação à rede de cidades e através do comércio e produção de serviços que se instalam nas pequenas vilas ou sede de pequenos municípios no entorno de áreas ribeirinhas e de populações tradicionais em geral. Já em região de ilhas próximas a grandes centros urbanos, ou metropolitanos, como Belém e Manaus, o processo de urbanização acompanha um desenho mais agressivo, com transformações nos modos de vida das populações rurais/ribeirinhas; e, combinado à isso, um profundo processo de mudança nos padrões de consumo e modelo de atividade produtiva, que tende cada vez mais a se transformar no sentido do aumento do grau de pluriatividade e do envolvimento das camadas mais jovem da população com diversas atividades de comércio e serviços oferecidos pelos grandes centros urbanos. Em regiões com potencial de comércio de produtos extrativos e/ou com mercados urbanos bem delimitados e em expansão de produtos da floresta, a tendência à especialização produtiva agroextrativista, combinada com a expansão do consumo urbano, representa uma característica bastante presente.

Em todas estas situações, o que temos em comum, portanto, é um processo de urbanização extensiva que – independente das situações específicas e da dinâmica territorial mais ou menos impulsionada pelo crescimento do processo industrial e/ou de grandes empreendimentos agropecuários, minerais e hidroelétrico – atinge de maneira bastante clara, e em ritmos e modos peculiares, áreas diversas, sendo um fenômeno merecedor, em geral, de estudos cada vez mais aprofundados e que abranjam e deem conta do seu alto grau de complexidade.

Neste contexto, uma espécie de processo de urbanização extensiva das cidades da floresta e suas ilhas também se transforma em fenômeno de urbanização bastante peculiar, no qual se combinam a expansão da rede de serviços urbanos para as ilhas no entorno de grandes cidades, ao mesmo tempo em que a dinâmica do comércio urbano de produtos da floresta se expande na velocidade em que novos produtos são descobertos e explorados como mercadorias de valor, uso e interesse nos mercados dos grandes centros urbanos da região. Por sua vez, o fluxo desses produtos transformados em mercadoria se expande pelo mundo através do aumento de sua base exportadora, estimulando um processo de transformação das regiões metropolitanas em cidades cada vez mais globalizadas, recebendo turistas interessados nos produtos da floresta, assim como integrando suas cadeias de valor ao fluxo de comércio global.

2.1 URBANIZAÇÃO EXTENSIVA COMO CATEGORIA DE ANÁLISE PARA ESTUDO DA REALIDADE URBANA ATUAL NA AMAZÔNIA

A urbanização extensiva, como forma de espacialidade social advinda da relação tumultuada da indústria com a cidade, representa uma categoria teórica com grande potencial de explicação para uma ampla variedade de fenômenos urbanos, independentes de sua proximidade, ou não, com processos históricos de industrialização dentro da própria região onde o fenômeno da urbanização hoje esteja ocorrendo. Para Roberto Monte-Mór (2006), a urbanização extensiva produz um urbano que se amplia pelas relações de produção e de reprodução pelo espaço, tendo em vista o uso dos meios de produção e consumo, próprios do capitalismo industrial. Mas que se expandem de modo contemporâneo, para muito além das próprias regiões e cidades industriais. Este movimento retrata como a virtualidade e objetividade podem se impor em territórios como a Amazônia (MONTE-MOR, 2006).

Segundo Lefebvre (1999), a imersão industrial na cidade, a subordinou à lógica da produção, o que desenvolveu um duplo processo, no qual ocorre a *implosão* da cidade sobre si mesma, no que consiste seu centro dinâmico, político, lócus do excedente coletivo; e a *explosão* sobre o espaço do entorno através da disseminação do *tecido urbano* com a inclusão de elementos antes restritos às cidades – infraestrutura, transporte, energia, serviços e comunicação – em outros espaços regionais. A urbanização extensiva não corresponde apenas a aglomeração de pessoas em cidades, mas meio teórico de interpretação da realidade (MONTE-MOR, 2009). E, por isso, podem ser extensivos para além das cidades.

Interpretar esta realidade de forma mais efetiva remete a discussão levantada por Milton Santos (1994), quando se enuncia um “meio técnico-científico” que se impõe no espaço, dada as exigências da lógica do capital que busca condições de reprodução deste e seus diversos formatos. O “meio técnico-científico” por sua vez deve ser compreendido como o efeito geográfico da absorção da tecnologia pelo espaço social de produção e reprodução, próprias da configuração capitalista urbano-industrial. O espaço, portanto, admite a materialidade que o capitalismo lhe impõe através de sua estrutura técnica, desta forma os espaços regionais, frutos da interação entre centros urbanos, afirmam seu potencial a partir da proporção das condições gerais que estabelecem o fluxo econômico do capital.

A Amazônia como um destes territórios de interação de atividades regionais também possui uma articulação urbana extensiva, a qual enfatiza-se uma dinâmica balizada em rede de cidades, que determinam uma distribuição de distintas condições gerais de produção e reprodução no espaço social da região (MONTE-MOR, 2009). Foi com base nessa categoria que Roberto Monte-Mór interpretou o processo recente de expansão da fronteira urbana amazônica durante a segunda metade do século XX. Nesse sentido, a concepção de urbanização extensiva surge traduzindo os fenômenos urbanos no país, quando o mesmo se expande para a fronteira amazônica, região à qual o tecido urbano passa a se disseminar de forma acelerada devido a exigências das condições de produção, em busca de recursos naturais e atração de força de trabalho. Configurando uma “base urbana” própria e específica, longe das áreas mais tradicionais originalmente afetadas de modo direto pelo processo de industrialização no país (MONTE-MÓR, 2011). Regiões que sofreram influências retardatárias, portanto, em relação aos efeitos das mudanças técnicas oriundas dos grandes centros e cidades industriais no país. Fatores determinantes para o aparecimento de novos arranjos socioespaciais que modificaram territorialmente a divisão do trabalho na região, seja em sua porção oriental, seja na sua porção ocidental.

Segundo Monte-Mór (2004), a Amazônia no decorrer de um projeto incompleto de modernização, têm vivenciado os reflexos destas novas combinações produtivas através de manifestações locais de processos que envolvem as influências externas e reinvenções de atividades tradicionais, em um espaço socialmente construído (MONTE-MOR, 2004). Tais movimentos representam expressões de centralidades que refletem o crescimento das cidades regionais –Belém e Manaus -, nas quais surgem processos socioespaciais urbanas-rurais vinculados ao desenvolvimento do processo de urbanização extensiva na região amazônica de maneira bastante específica e peculiar (MONTE-MOR, 2009).

Belém e Manaus demonstram, neste sentido, realidades que aliam a reprodução da vida urbana, a sua base material, e a socialização da natureza (SILVA, 2015). Centros urbanos dependentes economicamente do uso de recursos naturais e de seus retornos financeiros, onde ao mesmo tempo a modernidade e a urbanização surgem em um cenário de inserção da sociedade na diretriz do capitalismo industrial de maneira indireta; e onde o tecido urbano, aglomerado de manifestações, demonstra o predomínio da cidade sobre o campo, através de um movimento de expansão do modo de vida urbano sobre a floresta e sobre as regiões ribeirinhas que vivem no entorno de seus principais centros urbanos.

Os rumos das demandas urbanas locais estão assim orientadas pelas expressões sociais e pela expansão do tecido urbano, transformador de espaço social, multifacetado e corrosivo (MONTE-MOR, 2004), e que encontra na cidade instrumento de irradiação e de articulação de formas da produção humana, de aglomeração de economias de mercado, e também o lócus da construção da experiência humana, social e econômica de uma sociedade urbana em trajeto, que se sobrepõe a antiga dicotomia cidade-campo, e que realiza o encontro de diferentes tempos e conhecimentos que se expandem socialmente sobre a vida das populações ribeirinhas (SILVA, 2017).

As heterogeneidades construídas ao longo do tempo no espaço amazônico, por sua vez, articulam redes de cidades que abrigam segmentos antigos e atuais, como por exemplo, as cidades ribeirinhas, e as cidades urbanas de diferentes portes, como seria o caso de capitais ou municípios que surgiram ao longo das rodovias que atravessam os estados da região (CÔRREA et. al, 2006). A região tangencia um espaço socialmente produzido pelo processo de transição de modelo de produção

e trabalho. Neste contexto, o trabalho tradicional passa a abrir espaço para novas formas de trabalho, inserção de novas técnicas e fusão de conhecimentos locais, consolidando a cultura de cada cidade e o foco de atuação frente a nova divisão social do trabalho. (BECKER, 2013).

Assimilar a “urbanização extensiva” e suas diversas possibilidades de realização em um determinado espaço geográfico, representa compreender esse tecido urbano-industrial que também passa a se instaurar em uma fronteira natural complexa, com hábitos enraizados e tradições fortes (MONTE-MOR, 2009), e em espaços possuidores de centralidades urbanas que ultrapassam territorialmente as cidades e as áreas industriais de onde se originou todo o processo. A urbanização extensiva desta forma se evidencia pela concentração de um excedente social produzido coletivamente, distribuído e apropriado segundo modos de integração próprios de cada contexto.

No que consiste a economia da floresta, assim como as formas capitalistas de produção que tendem a expansão, existem outras formas que sem abdicar de suas particularidades, se constroem localmente e se integram ao espaço urbano-industrial, mesmo em regiões de expansão da fronteira do capitalismo, como a Amazônia. A criação e reinvenção de formas coletivas de organização da produção, de mercados não capitalistas de trocas, desenvolvidas seja por comunidades socioculturais, como pelo setor público ou privado, vem se ampliando, em especial em territórios antes marcados pelo isolamento do campo (MONTE-MÓR E LINHARES, 2009).

Entretanto, a região amazônica atualmente possui no campo, cenário de rápida transformação com o processo extensivo de urbanização que vão para muito além do espaço da fronteira integrada pelas estradas. O denominado “novo rural” se caracteriza por um processo híbrido de integração ao espaço urbano-industrial, direcionado pela lógica da produção, e articulado as transformações na reprodução urbana, que estão além dos espaços ou territórios atingidos pela expansão das estradas, atingindo as regiões ribeirinhas mais distantes (MONTE-MÓR, 2011). O campo passa a ser alcançado pelos fluídos emitidos pelos centros urbanos em diversas direções, se sobrepondo uma nova organização do espaço, que se insere a determinação de infraestruturas em prol da produção supridora das economias de mercado, mudanças nos padrões de consumo, interferências institucionais políticas e jurídicas da cidade, efeitos que intensificam as centralidades urbanas dos centros dinâmicos (SILVA, 2015).

De acordo com Monte-Mór (2011) se tornou necessidade refletir sobre as manifestações da urbanização extensiva tanto na Fronteira Amazônica, quanto das frentes de ocupação que ocorrem na periferia das áreas metropolitanas da região, seja pelas proximidades de rios, ao longo das rodovias, nas áreas rurais tradicionais, e até nas terras indígenas. Ou seja, em um processo de urbanização que se expande em múltiplas e diferentes direções e territórios os mais diferentes.

Apesar da dominação dos padrões do mercado capitalista, vigoram nestas outras regiões outras estruturas de produção, as quais buscam se firmar em cenários aos quais fazem parte, dentro de uma conjuntura urbano-industrial, se reformulando sem abandonar as origens não capitalistas, de trocas e propagação de formas de distribuição solidárias regidas por grupos comunitários de cunho sociopolítico, cultural, setor público, e até pelo capital em certa medida. Pode-se corroborar desta maneira, com o fato de que o urbano agregou o campo e a cidade dentro de uma lógica, pela expansão virtual do tecido urbano, mas que possuem especificidades que emergem da eclosão da cidade industrial pautada no crescimento da produção industrial e da reprodução coletiva (MONTE-MOR, 2009).

No que consiste o espaço amazônico, se destaca a perpetuação de comunidades de regiões insulares – de ilhas - unidas por relações sociais e alianças coesas nas tradições locais, fortalecida por princípios comuns e laços familiares, e assim a experiência local permite um ordenamento social. Neste sentido, a urbanização amazônica não se formata a partir de uma única força ou padrão dominante, pois a fronteira urbana transforma-se e reformula-se de forma localmente irregular⁵ (BROWDER, 2006). Seu espaço social integra-se o alicerce do tecido urbano-industrial, percebido

⁵ Segundo a Teoria do lugar central de Christaller, podem existir traços de regularidade de articulação de mercado na Amazônia, em alguns existe tendência do lugar central, a partir de influencias de localização espacial. (página, 29, Godfrey, 2006).

em formatos locais e intensivos de produção e ocupação do espaço, representados por comunidades, cidades, metrópoles, núcleos urbanos, áreas industriais, áreas metropolitanas, dentre outras (MONTE-MOR, 2009). A reflexão sobre as manifestações da urbanização extensiva, exige por sua vez atenção na identificação e distinção de suas expressões, o que impulsiona o estudo sobre as unidades mais influentes na rede urbana amazônica, centros urbanos com áreas metropolitanas em expansão de seu tecido urbano, como a cidade de Belém.

2.2 URBANIZAÇÃO EXTENSIVA E SEUS EFEITOS SOBRE A FORMAÇÃO DA ECONOMIA URBANA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

O processo de urbanização da Região Metropolitana de Belém (RMB), representa um fenômeno que se desenvolveu sob forte integração com a vida dos rios. Segundo Montenegro (2014) a especificidade da conexão da cidade com uma economia invisível, está no intenso abastecimento do mercado popular da RMB, que principalmente a partir da segunda metade do século XX, vem introduzindo hábitos de consumo que se mesclam ao cotidiano urbano, dadas especialmente estas relações comerciais.

A Região Metropolitana de Belém neste sentido representa uma expressão viva do processo de urbanização em escala extensiva que tem se expandido também para o interior da floresta amazônica; principalmente na porção oriental da Amazônia brasileira e, de maneira específica, nesta região da foz do rio Amazonas, na margem sul do arquipélago da Ilha do Marajó. Região com topografia dominada por ilhas, furos e igarapés, e que se encontram hoje em dia atravessada por inúmeros núcleos urbanos que têm na Região Metropolitana de Belém o seu principal eixo de centralidade⁶ (TRINDADE JR, 1998; CARDOSO et. al. 2015).

A polarização de atividades inseridas em um fluxo fluvial e a gradativa ocupação da orla belenense direcionou o processo de urbanização da cidade, resultando também na concentração de uma dinâmica econômica nas extensões dos rios Guamá e a Baía do Guajará. Este movimento ocupacional e produtivo assemelha-se ao fenômeno de implosão, que em última instância ocorreu na capital com a ampliação demográfica, após se tornar destino de migrações de populações de várias partes da Amazônia Oriental, principalmente na década de 1960, com o desenvolver de políticas de desenvolvimento regional gerando alto nível migratório, incompatível com a capacidade de absorção de mercado de trabalho, o que culminou no crescimento de pequenas atividades informais.

Na fase de metropolização, ocorreu a periferação da população mais pobre, contingente que se concretizou nas áreas sem infraestrutura, ao passo que na década de 1980 esta parcela da população buscou moradia na região metropolitana de Belém, nos municípios como Ananindeua, Marituba e Benevides, desenvolvendo um processo explosivo da urbanização da cidade. A partir da década de 1990 essa disseminação, reduziu o crescimento populacional de Belém, enquanto um município como Ananindeua tornou-se no período a segunda cidade mais populosa do Pará. Todavia Belém, ainda representa uma das principais metrópoles da região, apesar de seu crescimento estar fundamentalmente atrelado a periferação de determinadas camadas sociais (MONTENEGRO, 2014).

Se estabeleceram nesses processos mercados urbanos dependentes da dinâmica agroextrativista de uma base produtiva pautada no fluxo de produtos florestais não madeireiros e em mercadorias de produção tradicional vinculadas a um sistema de cunho agrícola, o qual está abastecido pelo trabalho de pequenos produtores localizados nas cercanias da Região Metropolitana de Belém e regiões próximas, que possuem e movimentam representativo fluxo monetário gerado no processo de disseminação da informalidade, na qual as condições de vida da população da periferia e das regiões de ilhas de RMB, ainda se encontra carência em infraestrutura, em especial no saneamento

⁶ A Região Metropolitana de Belém concentra hoje algo em torno de 30% da população do Estado do Pará, com uma população de aproximadamente 2,5 milhões de habitantes. Sendo a segunda maior Região metropolitana da Amazônia brasileira, perdendo em termos de população apenas para a Região Metropolitana de Manaus que possui hoje, segundo estimativa do IBGE, 2,6 milhões de habitantes.

básico, infraestrutura portuária e para produção, o que desencadeia na marginalização da divisão do trabalho e precárias condições seja de trabalho ou de moradia na cidade (Montenegro, 2011).

Em contrapartida, no que tange a dinâmica econômica e de modernização de Belém, se pode ressaltar o beneficiamento e exportação de elementos como minérios e do setor alimentício como o pescado, açaí, cupuaçu, castanha, e outros produtos florestais não madeireiros, o que motiva o aparecimento e estabelecimento de empresas exportadoras na cidade, e intensificou a demanda sobre o setor agroextrativista da economia local.

No transcorrer de um incompleto projeto de modernização, a RMB dentre as especificidades de seus processos de implosão e explosão, têm desenvolvido função de centro urbano regional com intenso fluxos no terceiro setor, entre relações comerciais, um polo regional estratégico, exportador de *commodities*, fornecedor de serviços, com baixa atividade industrial, e voltada para o consumo e com hábitos de vida considerados como tipicamente urbanos (RIBEIRO, 2001).

Belém agrega diversas vilas, ilhas, e cidades ao seu entorno, exercendo controle sobre a rede urbana dendrítica⁷ expandida ao longo dos rios amazônicos. Entretanto o tecido urbano da cidade também tem se ampliado na direção denominada Centro-Norte, a qual tem passado por um acelerado processo de urbanização nas últimas décadas, tendo surgimento de centros em distintos níveis da hierarquia urbana. Segundo Trindade Jr. (1998), a expansão da fronteira urbana e a da Região Metropolitana de Belém seriam verso e reverso da mesma moeda, na medida em que esta Região Metropolitana passou a assumir novas centralidades ligadas às atividades econômicas oriundas do processo de desenvolvimento de atividades produtivas em sua área de influência. Acrescenta-se a isso tudo o reflexo da difusão do acesso aos novos meios técnico-científico-informacionais, (SANTOS, 1994) por toda a região, o que ocasionou o crescimento de uma grande variedade de produtos, valores culturais e padrões de consumo que se internalizam entre as diferentes áreas de influência da RMB irradiados a partir do epicentro: Belém.

A relação de interdependência de Belém com o seu estuário evidencia o caráter conturbado do espraiamento do tecido urbano, ao se identificar o desenvolvimento de atividades de duplas dimensões, dinamizadoras de formas peculiares de produção e comercialização na Amazônia, que configuram as interações urbano-rurais da metrópole paraense, que abriga um complexo sistema de fluxos de produtos agroextrativistas, com moradias e agentes multilocais que caracterizam as comunidades da várzea e interferem produtivamente na paisagem da floresta (MARINHO e SCHOR, 2012). Na próxima seção, se dá ênfase exatamente a esses impactos do processo de urbanização extensiva em direção à região das ilhas no entorno da Região Metropolitana de Belém.

3 – A REGIÃO DAS ILHAS DO ENTORNO DE BELÉM, URBANIZAÇÃO EXTENSIVA E A FORMAÇÃO DAS BASES DE UMA ECONOMIA POPULAR, URBANA E RIBEIRINHA

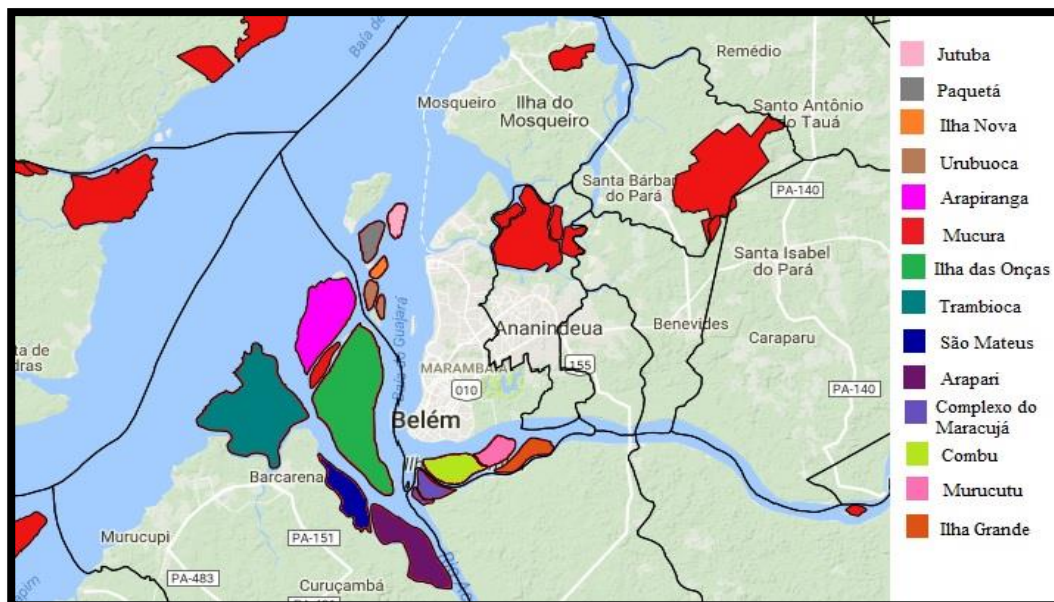
A região metropolitana de Belém compõe o estuário oriental amazônico, o qual se constitui a partir da confluência entre o Rio Amazonas e a Baía do Guajará, constituída esta última pelo encontro dos rios Guamá e Acará. A Baía do Guajará situa-se a frente da cidade de Belém, constituindo-se como uma das suas principais paisagens. Na extensão esquerda da Baía do Guajará, estão diversos canais e ilhas que também podem ser avistadas do centro da cidade, e dentre as principais estão a ilha das Onças, Jararaca, Mirim, Paquetá-Açu e Cotijuba. Já na extensão da margem direita da Baía encontra-se a Belém, e ao norte estão as ilhas de Outeiro e Mosqueiro (PINHEIRO, 1987 apud SCHALLENBERGER, 2010). Ao todo são 39 ilhas, consideradas densamente florestadas e de baixa densidade populacional, com à exceção de Mosqueiro, Caratateua (Outeiro) e Cotijuba, que possuem áreas mais urbanizadas e maior população (SILVA, 2010, p.36).

Os ribeirinhos que vivem nestas ilhas desenvolvem atividades especialmente no extrativismo do açaí (*Euterpe oleracea*), e da pesca de camarão e peixes. Sendo assim, apesar do reconhecimento do potencial de socioprodutivo, estas ilhas seguem tendo o papel de fornecimento de recursos naturais

⁷ A rede dendrítica corresponde à localização excêntrica do centro nodal como numa rede fluvial. Um exemplo é a rede de cidades coloniais brasileiras (BRAGA, 2010).

e fonte de renda ou para alimentação diária das populações. Como a Ilha das Onças e Combu, as ilhas localizadas ao entorno de Belém, as atividades principais são extrativismo vegetal, principalmente açaí, cacau (*Theobroma cacao*) e palmito (*Euterpe oleracea*) (SCHALLENBERGER, 2010). A figura ilustra parte da região de ilhas da região metropolitana de Belém.

Figura 1: Conjuntos de ilhas da Região Metropolitana Belém



Fonte: Mapas Ipea-I3Geo,2014. Elaboração da autora

No Município de Belém as ilhas são distribuídas em quatro blocos, com destaque a algumas das ilhas acima de 10 hectares: a) ao Norte, entre as quais, Mosqueiro, Papagaio, Cunuari, São Pedro e Conceição, a, b) ao Centro-Leste, Caratateua (Outeiro); c) no Extremo Oeste, entre as quais, Cotijuba, Ilha Nova (Coroinha), Jutuba, Tatuoca, Urubuoca, Patos/Mirim, Paquetá-açú; e, d) ao Sul, Cintra (Maracujá), Murutucã, Ilhinha, Combu (Marineira) e Grande. Em Ananindeua (junto às Ilhas Norte de Belém) estão as ilhas de João Pilatos, Viçosa, Sassunema, Mutá, Guajarina, São José da Sororoca, Sororoca, Arauari e Santa Rosa (INSTITUTO PEABIRU, 2014).

A organização territorial destas ilhas está balizada em conjuntos de assentamentos rurais monitorados pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.)⁸. Na dinâmica de funcionamento dos assentamentos, os trabalhadores rurais que recebem o lote comprometem-se a morar na parcela de terra e a explorá-la para seu sustento, utilizando exclusivamente a mão de obra familiar. Até que possuam a escritura do lote, os assentados e a terra recebida estarão vinculados ao Inca. Portanto, sem portar a escritura do lote em seu nome, os beneficiados não poderão vender, alugar, doar, arrendar ou emprestar sua terra a terceiros. Os assentados pagam pela terra que receberam do Inca e pelos créditos contratados. O principal perfil de assentamentos rurais da região do entorno de ilhas de Belém, está regido pelo Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE)⁹, no qual cerca de 1593 famílias possuem lotes cadastrados, total de aproximadamente 13800 hectares.

⁸ O assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Inca onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas é entregue pelo Inca a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. A quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas. O tamanho e a localização de cada lote é determinado pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece.

⁹ Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA; Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da união; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; Titulação (Concessão de Uso) de responsabilidade da União; Os beneficiários são geralmente oriundos de comunidades extrativistas; Atividades ambientalmente diferenciadas. O PAE foi regulamentado no Brasil pela Portaria/INCRA nº 268/1996, para substituir os

Tabela 1: Relações de PAE's de Belém (1997- 2015)

Nome PAE	Município	Famílias Assentadas	%	Área PA	%	Dt Criação
PAE Ilha das onças	Barcarena	822	22,66	8072,6571	24,94	2005
PAE Ilha Grande Belém	Belém	99	2,73	922,8357	2,85	2006
PAE Ilha Jutuba	Belém	72	1,99	513,5044	1,59	2006
PAE Ilha Murutucu	Belém	121	3,34	877,4825	2,71	2006
PAE Ilha Paquetá	Belém	103	2,84	802,2588	2,48	2006
PAE Ilha do Cumbu	Belém	205	5,65	1508,7929	4,66	2006
PAE Complexo Maracujá	Belém	143	3,94	824,805	2,55	2008
PAE Ilha Nova	Belém	28	0,77	273,8878	0,85	2009

Fonte: INCRA- Acervo fundiário, 2015.

Do ponto de vista histórico, Guerra (2003) mostra o papel de periferia que as ilhas do entorno de Belém desempenharam durante décadas, inclusive a partir da apropriação eleitoral e administrativa de algumas delas por municípios como Barcarena e Acará. Segundo Guerra (2003), mesmo tendo seu potencial, volume e valor produtivo reconhecidos pela população da cidade, grande parte das ilhas do entorno de Belém continuam sem ter um plano de desenvolvimento de políticas públicas adequados para as suas necessidades. Com isso, boa parte delas ainda é vista, de maneira pejorativa, apenas como fornecedoras de produtos primários para a cidade, o que têm mantido a sua condição de precariedade no fornecimento de serviços públicos básicos.

Para Guerra (2003), algumas ilhas como Mosqueiro, Caratateua e Cotijuba, no entanto, passaram a assumir nos últimos anos um papel importante também como fornecedoras de atividades de comércio e turismo, o que tem permitido o fornecimento de uma maior infraestrutura urbana de serviços para estas ilhas. Em compensação, as ilhas com menor nível de acesso e potencial turístico apresentam um perfil de atividade econômica mais próximo ao padrão tradicional das populações ribeirinhas da Amazônia; onde as atividades extrativas e do manejo na coleta de frutos, palmito, seringa, e outros produtos florestais, se combinam em atividades familiares e com o extrativismo da pesca do peixe e do camarão.

No que consiste, as ilhas com menor nível de acesso e transporte – seja por não apresentar conexão terrestre, ou por pontes ou sistema de balsa regular e outras embarcações menores como canoas e voadeiras – em geral apresentam um perfil de atividade econômica mais próximo ao padrão tradicional das populações ribeirinhas da Amazônia, mas que gradativamente assimilam hábitos de consumo urbanos. Quanto a comunicação e acesso a tecnologias, as comunidades mais próximas a capital, incluem em seus hábitos de consumo, de forma significativa, o uso de aparelhos domésticos como televisões, smartphones, antenas parabólicas, fogões dentre outros aparelhos com menor consumo de energia, ao passo se utilizam de geradores de energia, insuficientes para eletrodomésticos suprir maiores consumos de energia como geladeiras.

Em pesquisa realizada por Rodrigues et. al. (2019), apontam-se uma série de transformações estruturais, hábitos de consumo e impactos ambientais sobre os meios de vida da população residente nas ilhas das onças, gerados por processos em grande parte derivados do crescimento e dinâmica da urbanização extensiva na região. A diminuição da variedade de peixes derivados da poluição e do aumento no fluxo de embarcações nos rios, são exemplo de impactos socioambientais, reflexos do

Projetos de Assentamentos Extrativistas. Essa modalidade de Assentamento é destinado à exploração de área dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações oriundos de comunidades extrativistas. A obtenção da terra, criação do Projeto, a seleção dos beneficiários, aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A), Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) e a Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) são de responsabilidade do INCRA.

amplo movimento de urbanização que começa a atingir o modo de vida das populações ribeirinhas da região do entorno da região metropolitana de Belém.

Por outro lado, o crescimento do mercado para os produtos extrativistas como o açaí e o camarão, são reflexos do mesmo movimento, fortalecendo em parte a economia mercantil ribeirinha da região. O que parece ser importante, neste sentido, é atentar para o fato de que grande parte do crescimento do mercado para produtos extrativos, são derivados do próprio crescimento da economia urbana de Belém e não apenas do mercado externo. No caso do açaí, como visto anteriormente, o seu crescimento para atender o setor de exportação é fenômeno recente. O processo de expansão do mercado das Ilhas das Onças e Combu, principalmente, já é um fenômeno que vêm ocorrendo a várias décadas e impulsionando o dinamismo mercantil da economia extrativa local.

Como resultado das migrações e ocupação da orla de Belém, o desencadeamento do hábito de consumo do açaí ocorreu primeiramente pela população de baixa renda, fase em que se estabeleceu a alimentação urbana. Na década de 1990 o açaí passa a ter espaço no mercado nacional e internacional, formatando a fase de alimentação da moda. E a partir de 2000, inicia-se o processo de industrialização e beneficiamento do fruto, esse processo transitório se desenvolve devido os crescentes níveis de demanda pela ampliação e modificação do mercado consumidor de açaí, transformando o padrão extrativo e/ou agrícola da fruticultura do açaí, iniciou o setor de processamento de polpa, diversificação e exportação do fruto (BRONDÍZIO, 2004).

A relevância da dimensão econômica e social da economia do açaí, que tem se expandido nas últimas décadas, entre estes novos processos e dinâmica territorial, destaca-se o novo papel da RMB como elo estruturador no desencadeamento da urbanização extensiva, que reconfigura e cria conexões pelo espraiamento do tecido urbano no decorrer da construção e modificação socioespacial, balizada na trajetória das formas diversificadas de produção social, nas heranças de conhecimento tácito e técnicas atemporais mescladas a tecnologia resultante do meio técnico científico informacional difundido pela urbanidade.

Com materialização da relação da metropolização de Belém com a ocupação de sua zona periférica por sua orla, compreende-se o estreitamento do modo de vida e produção ribeirinha influenciando os hábitos de consumo de açaí na cidade que via migrações propagaram a cultura de consumo por meio das zonas periféricas (orla) de Belém. A articulação com mercados dada urbanização, torna esta condutora de novas dinâmicas produtivas e criador da sob conexões socioespaciais de distintos alcances. Aumento de informalidade: ônus e bônus da expansão e crescimento da cidade, estimulados pelas demandas externas e internas pelos “frutos” (em duplo sentido) da produção agroextrativista, como o açaí, comercializado junto a frutas como cupuaçu, bacuri, ervas e pescado cotidianamente nas feiras e portos da cidade.

Nesse sentido, Silva e Castro (2014) explicitam que:

Grande parte da produção rural paraense é recebida nos portos públicos da orla fluvial de Belém e circula nas feiras e mercados nos bairros da cidade, engajando diversas categorias de trabalhadores ao mercado informal, fazendo frente à força comercial dos supermercados e *hipercenters*, que representam a parte empresarial de grande porte no abastecimento da cidade (SILVA; CASTRO, 2014, p.188).

Os portos, feiras livres e trapiches são componentes da vida da cidade, cenário decorrente em diversas cidades amazônicas que se desenvolveram em conexão direta com o estuário – rios, igarapés e furos – sendo os portos, lugares de trabalho intensivo, de movimentos de troca de mercadorias, de circulação de informações e de outros valores simbólicos entre os que vivem nas cidades e aqueles das regiões do entorno, de áreas rurais, de povoados e de cidades de menor porte que a metrópole (CASTRO; SANTOS, 2006, p.31), formando movimentos contínuos e não regulares dos fluidos urbanos que integram os espaços através da combinações de atividades e trabalhos multisetoriais.

As diversas mercadorias são comercializadas nas feiras livres de Belém, em alguns casos estas feiras estão atreladas a presença de portos, permitindo a venda imediata dos produtos trazidos pelos ribeirinhos, cenário este que propiciou o aumento do número de feiras permanentes na cidade,

acompanhando o crescimento econômico e populacional da capital. Aproximadamente 31 feiras permanentes, 19 mercados, hortomercados e complexos municipais estão em funcionamento em Belém, comportando respectivamente 4.402 e 1.720 agentes permanentes, tendo também 7 feiras oficiosas que comportam 1.196 agentes permanentes (SECON, 2014). A proporção de feiras demonstra a intensa relação entre a metrópole e as comunidades ribeirinhas que sustentam a dinâmica comercial de tais feiras. Trata-se de uma relação de complementariedade socioeconômica, a produção e a venda disseminadas nos mercados populares, mantendo e gerando renda para a população mais pobre de Belém e para a população da economia invisível, sociedades caboclas e/ou ribeirinhas (MONTENEGRO, 2014).

As feiras permanentes de Belém em especial, representantes nítidas da expressão da economia popular urbana, afirmam-se como fonte de sustento de população de baixa renda, e mantem a continuidade de trabalho para distintos agentes sociais como feirantes, ajudantes, atravessadores, carregadores, pequenos agricultores, expressão a resistência popular frente aos grandes grupos varejistas e atacadistas do mercado formal (MONTENEGRO, 2014).

A produção insular de Belém conta com as atividades das suas 39 ilhas, que abastecem diariamente em especial a Feira do açaí, com outras três feiras livres/portos de Belém - a Feira do açaí (Ver-o-Peso), Porto do Açaí, Porto da Palha e o Porto de Icoaraci – as quais possuem um fluxo intenso de entrada de açaí, recebendo um total 65.446.596 toneladas do fruto em 2011 (PMB, 2014). De acordo com dados da Prefeitura Municipal de Belém (2013) entre as principais feiras e/ou portos de Açaí que comercializam o açaí, destacam-se:

Tabela 6: Principais de feiras/portos de recebimento e comercialização de açaí na RMB

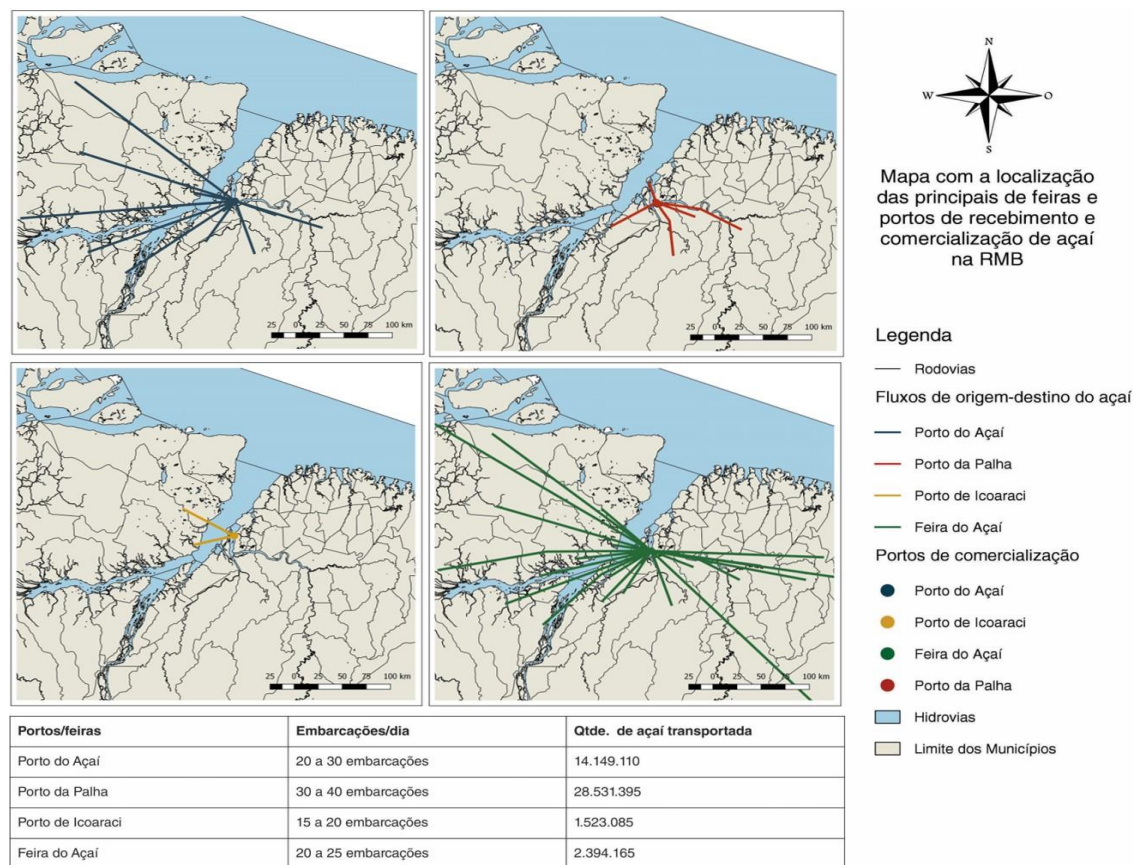
Portos/Feiras	Localização	Embarcações/dia	Quant. de açaí transportada(kg)/ano	Origens embarcações/açaí
Porto do Açaí	às margens do Rio Guamá, na Av. Bernardo Sayão, no bairro do Jurunas	20 a 30 embarcações	14.149.110	Acará, Anajás, Barcarena, Bujaru, Breves, Cametá, Chaves, Mojú, Muaná, Oeiras do Pará, Ponta de Pedras e S. D. Capim
Feira do Açaí	às margens da Baía do Guajará, no Complexo do Ver-O-Peso	30 a 40 embarcações	28.531.395	Abaetetuba, Acará, Anajás, Barcarena, Bujaru, Breves, Cachoeiro do Ararí, Cachoeira do Piriá, Capitão Poço, Cametá, Chaves, Igarapé-Miri, Mojú, Muaná, Oeiras do Pará, Ponta de Pedras, São Domingos.do Capim, São Miguel do Guamá, São Sebastião da Boa Vista e Santa Luzia. Maranhão e Amapá
Porto da palha	às margens do Rio Guamá, no bairro da Condor	15 a 20 embarcações	1.523.085	Acará, Belém (Ilhas), Abaetetuba, Bujaru e São Domingos.do Capim
Porto de Icoaraci	às margens da Baía do Guajará. Em Icoaraci	20 a 25 embarcações	2.394.165	Belém (regiões das lhas), Cachoeira do Ararí e Ponta de Pedras

Fonte: PMB, 2014.

Tais portos e/ou feiras do mercado local, demonstram a intensidade e fluxos do fruto na relação entre Belém e seu entorno estuarino. A conexão com rio desencadeou o desenvolvimento de atividades e relações sociais e comerciais entre sua região de ilhas e cidades do Marajó e Nordeste Paraense, além de cidades do Maranhão e Amapá, no que se refere o abastecimento de açaí através da polarização exercida por Belém. O fluxo comercial entre produção insular é sustentado pelo trânsito de embarcações que trazem açaí, outras frutas, pescados e produtos florestais não madeireiros, e que segundo Silva (2017) abastece, no caso do açaí, diversos batedores artesanais espalhados pelos bairros periféricos de Belém, como o Jurunas, Guamá e Terra Firme, localizados na orla de Belém, dentre os quais estão porto e feiras que comercialização e recebem o fruto mediante o fluxo de embarcações.

De acordo com Montenegro (2014) a sazonalidade, uma característica predominante não apenas na comercialização do açaí como de outros produtos regionais, se manifesta de diferentes formas e períodos dependendo do produto comercializado, relaciona-se diretamente com os ciclos naturais de cada produto hortifrutigranjeiro, recondiciona o modo de vida das populações ribeirinhas. Além do fator da sazonalidade, percebe-se na dinâmica da Feira do Ver-o-Peso que dentre a diversidade dos produtos comercializados ocorre o entrecruzamento de espaços de produção que se aglutinam nesta grande feira.

Figura 2: Localização das principais feiras e portos de recebimento de açaí em RMB



Fonte: PMB, 2014.

A economia do açaí, como uma das faces do processo de expansão da economia popular na RMB, demonstra as redes sociais e condições de reprodução da urbanização extensiva que se ramificam no Nordeste paraense. Em síntese, tratou-se de diversificadas unidades conectadas, dentre estas atividades agroextrativistas e do comércio de produtos regionais, com mão de obra predominantemente autônoma, seja pela atuação batedores artesanais do açaí no centro da cidade ou feirantes, atravessadores e produtores da região de várzea. Se evidencia um mercado popular distribuidor interligado por correntes socioculturais e por ditames da reprodução urbano-industrial do cotidiano na RMB.

A urbanização extensiva, frente ao debate proposto, demonstra-se irradiada pela formação movimentos contínuos e não regulares de fluídos urbanos que integram os espaços através das combinações de atividades e trabalhos multisetoriais e multilocais. A multiplicidade, em primeira instância emite os “rastros” do processo do urbano extensivo, que esclarece além dos modos de organização espaciais em cidades, mas também a interpretação das especificidades da realidade amazônica frente a suas formas de distribuição de condições gerais de produção e reprodução no espaço social (MONTE-MOR, 2009).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo geral, o processo de urbanização extensiva na Amazônia tem transformado a paisagem e o modo de vida das populações ribeirinhas da região de maneira bastante expressiva nas últimas décadas. Diferentes de outras populações camponesas, o camponês ribeirinho da Amazônia utiliza-se de uma multiplicidade de habitats: a terra, a floresta, os rios, e quando possível a cidade (WITKOSKI, 2007). Esta multiplicidade de formas de vida também está presente na cidade sob a influência do modo de vida ribeirinho, ou seja, existe uma dupla influência no espaço, em que a cidade conduz o urbano em processo extensivo, e influencia pela prestação de serviços, como saúde, educação, hábitos de consumo, além de absorver, agregar valor e comercializar produtos agroextrativistas.

Por outro lado, a direta conexão de RMB com a produção de suas ilhas, acaba por servir também como elemento condicionante na formação da base de uma economia popular pujante (CORAGGIO, 1994), combinando as atividades das extremidades da orla de Belém e dos bairros periféricos, com a produção insular extrativa em expansão. O que acaba por englobar a existência de pequenos comércios, feiras livres e portos, ambulantes, serviços à distribuição de produtos alimentícios e produtos regionais, mantendo ao longo dos anos o estreitamento sociocultural entre a capital, a sua área metropolitana e as comunidades ribeirinhas mais próximas (CARDOSO; LIMA, 2015).

As influências da economia urbana da RMB, expressam o formato do urbano extensivo amazônico de maneira bastante peculiar. Os agentes de participação multisetorial deste mercado exercem atividades tanto nas feiras e portos quanto na região de ilhas de RMB. Apresentam baixo nível de capitalização e qualificação, e possuem baixo nível de absorção de tecnologias capital intensivas (Montenegro, 2014). Dessa forma, se desenvolve a complementariedade entre núcleos produtivos agroextrativistas da região das ilhas e o núcleo de economia popular urbano de comércio a serviços inserido na periferia da RMB, a qual, por sua vez, mantém relações comerciais inter e intramunicipais, gerando renda monetária para as populações ribeirinhas e ampliando o mercado consumidor de produtos agroextrativistas no sentido cidade-ilha e ilha-cidade. O que transparece a forte interação entre a dinâmica e fluxo de mercadorias e pessoas das regiões ribeirinhas do entorno e o centro da RMB, além de solidificar no decorrer dos anos o intenso compartilhamento entre os hábitos de consumo que se retroalimentam nos dois sentidos: periferia-ilha, ilha-periferia.

Em meio a esse processo, a região das ilhas do entorno de Belém pode ser considerada como território estratégico para o abastecimento de uma economia de base popular que se forma na periferia da cidade, trazendo consigo a manutenção dos meios de vida tradicionais ribeirinhos como parte da paisagem urbana da cidade. Seria praticamente impossível, de modo prático, portanto, a não ser abstraindo o cotidiano de vida das pessoas, separar a vida urbana das feiras e periferias da cidade de Belém em relação aos meios e modos de vida ribeirinho do seu entorno. Compondo, ambos, a mesma paisagem urbana extensiva atual da cidade de Belém.

Dessa forma, podemos dizer que a região de ilhas da RMB está inserida em parte na lógica no mercado capitalista globalizado, tendendo a se articular cada vez mais aos espaços sociais, tanto através dos meios de comunicações, de transportes, quanto do consumo individual e coletivo. Esse espaço abstrato, quando comandado pelo capital, tende a envolvê-la e sobre elas se estende gerando demandas crescentes. Sua tendência será sempre, neste sentido, destruir as bases locais e retirar as

populações dos seus “envolvimentos” tradicionais com suas práticas, crenças, relações sociais familiares e de base comunitária a fim de “des-envolver” a comunidade e o próprio espaço vivencial das suas referências tradicionais (MONTE-MÓR, 2011).

Na região das ilhas de Belém, essa realidade ainda não se configura de maneira muito clara. Graus relativos de autonomia e a posição estratégica dos produtores ribeirinhos nas proximidades do principal mercado consumidor de açaí (o centro da cidade de Belém), a região das ilhas do entorno de Belém parecem ainda se manter em condições de suportar as pressões do mercado global que tende a desorganizar a base de produção extrativa da região. Reforçando ao invés disso, uma imensa rede de comercialização e a formação de uma ampla base de economia popular e urbana que se estende da periferia da cidade de Belém a diversos mercados populares em toda a região metropolitana e municípios próximos.

Nesse contexto, esse seria um exemplo de como pensar a urbanização e a consequente modernização dos processos produtivos e reprodutivos sem “desenvolver” as várias localidades, unidades, ou mesmo a região; mas, sim, identificar formas de “reenvolver” a população e seu espaço de vida com suas práticas tradicionais, mas agora fortalecidas com novos conhecimentos e tecnologias localmente apropriáveis (com vistas à futura geração e autogestão de conhecimento), que permitam às comunidades avançar a partir das próprias bases locais em direção à maior valorização dos seus produtos e do seu trabalho, bem como de seu próprio ‘empoderamento’, de modo a permitir que se inseriram mais dignamente nos processos decisórios e nos circuitos mercantis e de trocas regionais e globais. Esse é o desafio que se impõe contemporaneamente sobre a realidade das populações ribeirinhas da Amazônia.

5 REFERÊNCIAS

- ACERVO FUNDIARIO. INCRA, 2016. Disponível: <<http://acervofundiario.incra.gov.br/i3geo/interface/incra.htm>> Acesso 29 mai 2017.
- BECKER, B. Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BECKER, Bertha K. A Urbe Amazônida: a floresta e a cidade. Garamond Universitária. 1 ed. Rio de Janeiro, 2013.
- BRAGA, Rhalf Magalhães. Tendências e perspectivas das teorias locacionais no capitalismo contemporâneo. GEOGRAFARES, nº 6, 2008
- BRONDÍZIO, Eduardo S. Artigo: De Alimentação básica para alimentação de moda. Ciclos e oportunidades de mudanças no desenvolvimento da economia do açaí no estuário amazônico. In: ZARIN, Daniel J. et al. As florestas produtivas nos neotrópicos: conservação por meio de manejo sustentável? IEB. São Paulo, 2004.
- BROWDER, John O.; GODFREY, Brian J. Cidades da Floresta: Urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira. 1º edição em português. Editora da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2006.
- CARDOSO, Ana Cláudia D.; FERNANDES, Danilo Araújo; LIMA, José Júlio Ferreira. Região Metropolitana de Belém: um balanço de quatro décadas. In: Org CARDOSO, Ana Cláudia D. et al. Belém: transformações na ordem urbana. 1Ed. Letra Capital: observatório das Metrôpoles. Rio de Janeiro, 2015.
- CORREA, Roberto Lobato. Estudos sobre a rede urbana. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2006.
- CORAGGIO, José Luis. Economia urbana: la perspectiva popular. Instituto Fronesis, 1994.
- COSTA, Francisco de Assis. A Brief Economic History of the Amazon (1720-1970). Cambridge Scholars Publishing, 2019.

FERNANDES, Danilo Araújo; SOUSA, Cleidianne Novais; RODRIGUES, Danuzia Lima R. A metrópole Belém na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho. In: Org CARDOSO, Ana Cláudia D. et al. Belém: transformações na ordem urbana. 1Ed. Letra Capital: observatório das Metrôpoles. Rio de Janeiro, 2015.

GUERRA, Gutemberg A. D. A Expansão do território de Belém para as ilhas. In: Simpósio Amazônia, Cidades e Geopolítica das Águas, 2003, Belém. Amazônia, Cidades e Geopolítica das Águas, 2003

IPEA, IGEO MAPAS. 2014, Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ipeageo/bases.html> Acesso 11 de maio 2018.

INSTITUTO PEABIRU Relatório anual de atividades 2015. https://institutopeabiru.files.wordpress.com/2016/05/160427_relatorioanual2015_v3.pdf

INSTITUTO PEABIRU. Belém Ribeirinha-Marco Contextual 2014. Disponível:<<https://institutopeabiru.files.wordpress.com/2014/08/belemribeirinha-marcocontextual.pdf>> Acesso: 29 abril 2017

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Ed UFMG. Belo Horizonte, 1999.

MARINHO, Thiago P; SCHOR, Tatiana. Nos interflúvios do rural e do urbano na Amazônia: o caso de codajás-amazonas, brasil. ACTA Geográfica, Boa Vista, v.6, n.11, jan./abr. de 2012. pp.69-81.

MONTENEGRO, Marina Regitz. Globalização, trabalho e pobreza nas metrópoles brasileiras. São Paulo: FAPESP; Annablume, 2014.

MONTENEGRO, Marina Regitz. Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano. O circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém. Tese apresentada no Programa de Pós Graduação em Geografia humana – USP, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tdc-12062012-133347/pt-br.php>> Acesso 10 maio. 2019.

MONTE-MÓR, Roberto LM. Formas e processos urbanos nas Reservas Extrativistas da Amazônia, Roberto Luís de M. Monte-Mór. In: Soerguimento tecnológico e econômico do extrativismo na Amazônia. Ed CGEE, Brasília, 2011.

_____. O que é o urbano no mundo contemporâneo? Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, 2006.

_____. Urbanização e Modernidade na Amazônia contemporânea. In: Brasil no século XXI, por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas, 2004.

MONTE-MÓR, R.L.; LINHARES, L. Urbanização extensiva: expressões no Brasil. In: GOULART, N.(org.) Sobre dispersão urbana. São Paulo: Via das Artes.p. 147-169.(no prelo)2009.

PINHEIRO, Andréa de Cássia Lopes; PENA, Heriberto W. A.; AMARAL, Marcio D. B.; HERREROS, Mário M. A. G. Dinâmica urbana do Estado do Pará. In: PEREIRA, Rafael Henrique M.; FURTADO, Bernardo Alves. Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces. Ipea, Brasília, 2011.

PMB. Prefeitura Municipal de Belém. Relatório de abastecimento do fruto açaí nas feiras de Belém. Departamento de Feiras, mercados e portos. Belém, 2012.

RIBEIRO, M. Â. A rede urbana amazônica: da rede dendrítica à configuração de uma rede complexa. In: SPOSITO, Maria Encarnação. Cidades: urbanização e perspectivas geográficas. São Paulo, Gaspar/EDUSP: 2001. p. 369-389.

RODRIGUES, D. L.; BAGOLIN, P. I.; SANTOS, R. B. R. dos; FERNANDES, D. A. Uma aplicação do Índice de Pobreza Multidimensional em um contexto específico: identificando e avaliando

- funcionamentos e privações em uma amostra de domicílios da Ilha das Onças, Pará, Brasil. Anais VII ALCADECA, Puebla, 2019.
- SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo. Hucitec, 1994.
- _____. Metamorfoses do espaço habitado. Hucitec. São Paulo, 1988.
- SCHALLENBERGER, Barbara Heck. A atividade pesqueira nas ilhas do entorno de Belém. UFPA, Belém, 2010.
- SECON (Secretaria Municipal de Economia). Departamento de feiras e porto. Quadros demonstrativos das unidades de abastecimento municipal da Grande Belém – ano 2013. Prefeitura Municipal de Belém – PMB. Belém, 2013.
- SILVA, Iraneide Souza; CASTRO, Edna Maria Ramos. Trabalho, natureza e mercado: a dinâmica do comércio de produtos regionais em Belém. In: VIEIRA, Ima Célia Guimarães; JARDIM, Mário Augusto Gonçalves; ROCHA, Edson José Paulino da. Amazônia em tempo: Estudos climáticos e socioambientais. Universidade Federal do Pará e Museu Paraense Emílio Goeldi : Embrapa Amazônia Oriental. Belém, 2015.
- SILVA, Harley. Cidades, urbanização, desenvolvimento na Amazônia: notas para uma interpretação lefebvriana. In: COSTA, Geraldo M.; COSTA, Heloisa S. M.; MONTE-MÓR, Roberto L. de M. (Orgs.). Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana. 1. ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. v. 1. 556p
- _____. Socialização da natureza e alternativas de desenvolvimento na Amazônia Brasileira. Tese de doutorado em economia. CEDEPLAR- UFMG, 2017. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FACE-AP8RH2/harley_silva___tese_doutorado.pdf?sequence=1
- TRINDADE Jr., S.. A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- WEINSTEIN, Bárbara. The Amazon Rubber Boom: 1850-1920. Stanford, Stanford University Press, 1983.
- WITKOSKI, Antônio Carlos. *Terras, florestas e águas de trabalho*. Manaus: EDUA, 2007.